



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS
COLEÇÃO DE ATOS INTERNACIONAIS
N.º 822

BRASIL — SUÉCIA

**CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM
MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA.**

Concluída em Brasília, a 25 de abril de 1975.

Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 93, de
24 de maio de 1975.

Instrumentos de ratificação trocados em
Estocolmo, a 29 de dezembro de 1975.

Entrou em vigor a 29 de dezembro de 1975.

Promulgada pelo Decreto n.º 77.053, de 19
de janeiro de 1976

Publicado no **Diário Oficial** de 20 de janeiro
de 1976.

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA
1976

DECRETO N.º 77.053, DE 19 DE JANEIRO DE 1976

PROMULGA A CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM
MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA BRASIL — SUÉCIA.

O Presidente da República,

Havendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 93,
de 5 de novembro de 1975, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação
em Matéria de Impostos sobre a Renda, entre o Brasil e a Suécia, con-
cluída em Brasília, a 25 de abril de 1975;

E havendo a referida Convenção entrado em vigor a 29 de dezembro de
1975;

Decreta que a Convenção, apensa por cópia ao presente Decreto, seja
executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Brasília, 19 de janeiro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Antonio Francisco Azeredo da Silveira

CONVENÇÃO ENTRE O BRASIL E A SUÉCIA PARA EVITAR A DUPLA
TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino da Suécia,

Desejando concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação
em matéria de impostos sobre a renda, acordaram no seguinte:

Artigo I

Pessoas visadas

A presente Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos
os Estados Contratantes.

Artigo II

Impostos visados

1. Os impostos atuais aos quais se aplica a presente Convenção são:

a) no caso do Brasil:

— o imposto federal de renda, com exclusão das incidências sobre remessas excedentes e atividades de menor importância;

(doravante referido como "imposto brasileiro");

b) no caso da Suécia:

I) o imposto estatal sobre a renda, inclusive os impostos dos marinheiros e o imposto sobre os cupons;

II) o imposto sobre os lucros não distribuídos;

III) o imposto sobre as distribuições no caso de redução do capital ou de liquidação de uma sociedade;

IV) o imposto sobre os profissionais de espetáculos;

V) o imposto comunal sobre a renda;

(doravante referidos como "imposto sueco").

2. Esta Convenção também será aplicável a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente semelhantes que forem posteriormente introduzidos, seja em adição aos impostos anteriormente mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes notificar-se-ão mutuamente de qualquer modificação substancial que tenha ocorrido em suas respectivas legislações tributárias.

Artigo III

Definições gerais

1. Na presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) o termo "Suécia" designa o Reino da Suécia, incluindo qualquer área adjacente ao seu mar territorial, sobre a qual, em conformidade com a legislação sueca e o direito internacional, a Suécia possa exercer os direitos relativos à exploração e utilização dos recursos naturais do fundo e do subsolo do mar;

b) o termo "Brasil" designa a República Federativa do Brasil;

- c) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" designam a Suécia ou o Brasil, consoante o contexto;
- d) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;
- e) o termo "sociedade" designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que, para fins tributários, seja considerada como pessoa jurídica;
- f) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam respectivamente uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) a expressão "tráfego internacional" inclui o tráfego entre lugares de um país, no curso de uma viagem que se estende a mais de um país;
- h) a expressão "autoridade competente" designa:
 - I) na Suécia:
O Ministro das Finanças ou seu representante autorizado;
 - II) no Brasil:
O Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados.

2. Para a aplicação da presente Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão que não se encontre de outro modo definida terá o sentido que lhe é atribuído pela legislação desse Estado Contratante relativa aos impostos que são objeto da Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente.

Artigo IV

Domicílio fiscal

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" designa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto em razão de seu domicílio, de sua residência, de sua sede de direção ou de qualquer outro critério de natureza análoga.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa física for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida de acordo com as seguintes regras:

- a) será considerada como residente do Estado Contratante em que ela disponha de uma habitação permanente. Se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante com o qual suas ligações pessoais e econômicas sejam mais estreitas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado Contratante em que tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante em que permanecer habitualmente;
- c) se permanecer habitualmente em ambos os Estados Contratantes ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada como residente do Estado Contratante de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa que não seja uma pessoa física for um residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante em que estiver situada a sua sede de direção efetiva.

Artigo V

Estabelecimento permanente

1. Na presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerça toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" abrange especialmente:

- a) uma sede de direção;

- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;
- g) um canteiro de construção ou de montagem, cuja duração exceda seis meses.

3. A expressão "estabelecimento permanente" não compreende:

- a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega;
- c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;
- d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias, ou obter informações para a empresa;
- e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de publicidade, fornecimento de informações, pesquisas científicas ou de atividades análogas que tenham um caráter preparatório ou auxiliar para a empresa.

4. Uma pessoa que atue num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante — e desde que não seja um agente que goze de um status independente contemplado no parágrafo 5 — será considerada como "estabelecimento permanente" no primeiro Estado, se tiver, e exercer habitualmente naquele Estado, autoridade para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que suas atividades sejam limitadas à compra de bens ou mercadorias para a empresa.

Contudo, uma sociedade de seguros de um Estado Contratante será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, desde que, através de pessoa não mencionada no parágrafo V abaixo, receba prêmios ou segure riscos nesse outro Estado.

5. Uma empresa de um Estado Contratante não será considerada como tendo estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer a sua atividade nesse outro Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um **status** independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito de suas atividades normais.

6. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou exercer sua atividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento permanente, quer de outro modo) não será, por si só, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento permanente da outra.

Artigo VI

Rendimentos de bens imobiliários

1. Os rendimentos de bens imobiliários são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. a) A expressão "bens imobiliários", com ressalva das disposições das alíneas b) e c) abaixo, é definida de acordo com a legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados;
- b) contudo, a expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizado nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade imobiliária, usufruto de propriedade imobiliária e os direitos aos pagamentos variáveis ou fixos pela exploração, ou concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais;
- c) os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, da locação, do arrendamento ou de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa, assim como aos rendimentos de bens imobiliários que sirvam para o exercício de uma profissão liberal.

Artigo VII

Lucros das empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros serão tributáveis no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante através de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos em cada Estado Contratante a esse estabelecimento permanente os lucros que obteria se constituísse uma empresa distinta e separada, exercendo atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e transacionando com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3. No cálculo dos lucros de um estabelecimento permanente, é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de administração e os encargos gerais de direção assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato de comprar mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem elementos de rendimentos tratados separadamente nos outros artigos da presente Convenção, as disposições desses artigos não serão afetadas pelas disposições deste Artigo.

Artigo VIII

Navegação marítima e aérea

1. Os lucros provenientes da exploração, no tráfego internacional, de navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

2. O disposto neste Artigo somente se aplica à parte do lucro do consórcio de transporte aéreo sueco, dinamarquês e norueguês "The Scandinavian Airlines System" (SAS) que corresponder à participação acionária do sócio sueco "A.B. Aerotransport" (ABA) no capital do consórcio.

Artigo IX

Empresas Associadas

Quando:

- a) uma empresa de um Estado Contratante participar direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou,
- b) as mesmas pessoas participarem direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas estiverem ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tal.

Artigo X

Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2 Todavia, esses dividendos podem ser tributados no Estado Contratante onde reside a sociedade que os paga, e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

- a) 15 por cento do montante bruto dos dividendos se o beneficiário for uma sociedade (excluindo-se as sociedades de pessoas);
- b) 25 por cento do montante bruto dos dividendos em todos os demais casos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar esta limitação.

Este parágrafo não afetará a tributação da sociedade com referência aos lucros que deram origem aos dividendos pagos.

3. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplica quando o beneficiário dos dividendos, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, um estabelecimento permanente a que estiver ligada efetivamente a participação geradora dos dividendos. Neste caso, serão aplicáveis as disposições do Artigo VII.

4. O termo "dividendos" usado no presente Artigo, designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, bem como rendimentos de outras participações de capital assemelhados aos rendimentos de ações pela legislação fiscal do Estado Contratante em que a sociedade que os distribuir seja residente.

5. Quando uma sociedade residente da Suécia tiver um estabelecimento permanente no Brasil, esse estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte, de acordo com a legislação brasileira. Todavia, esse imposto não poderá exceder 15% do montante bruto dos lucros do estabelecimento permanente, determinado após o pagamento do imposto de renda de sociedades referentes a esses lucros.

6. A limitação da alíquota do imposto prevista nos parágrafos 2 a) e 5 não se aplica aos dividendos ou lucros pagos ou remetidos antes da expiração do 3.º ano calendário, contado a partir do ano em que a Convenção entrar em vigor.

Artigo XI

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.
2. Todavia, esses juros podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder:
 - a) 25 por cento do montante bruto dos juros, se o beneficiário for uma pessoa física ou uma sociedade de pessoas;
 - b) 15 por cento do montante bruto dos juros, em todos os demais casos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar esta limitação.

3. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma sua subdivisão política ou autoridade local, ou a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva daquele Governo, de uma sua subdivisão política ou autoridade local, bem como ao Banco Central desse outro Estado Contratante, são isentos de imposto no primeiro Estado Contratante.
4. O termo "juros" usado no presente artigo designa os rendimentos da dívida pública, de títulos ou debêntures, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros, e de créditos de qualquer natureza, bem como outros rendimentos que, pela legislação tributária do Estado Contratante de que provenham, sejam assemelhados aos rendimentos de importâncias emprestadas.
5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam se o beneficiário dos juros, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, um estabelecimento permanente ao qual se ligue efetivamente o crédito gerador dos juros. Nesse caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo VII.
6. A limitação estabelecida no parágrafo 2b não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situada em um terceiro Estado.

7. Os juros serão considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente pelo qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

8. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo se aplicam apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável conforme a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo XII

Royalties

Os **royalties** provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses **royalties** podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

- a) 25 por cento do montante bruto dos **royalties** provenientes do uso ou da concessão do uso de marcas da indústria ou comércio;
- b) 15 por cento em todos os demais casos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar esta limitação.

3. O termo **royalties** empregado neste artigo designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica (inclusive os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou radiodifusão), qualquer patente, marcas de indústria ou comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações correspondentes à experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. Os **royalties** serão considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos **royalties**, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente com relação ao qual haja sido contraída a obrigação de pagar os **royalties** e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses **royalties**, serão eles considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário dos **royalties**, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que provêm os **royalties**, um estabelecimento permanente ao qual estão ligados efetivamente o direito ou bem que deu origem aos **royalties**. Nesse caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo VII.

6. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou entre ambos e terceiros, o montante dos **royalties** pagos, tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual é pago, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, as disposições deste Artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável conforme a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo XIII

Ganhos de capital

1. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários, conforme são definidos no parágrafo 2 do Artigo 6, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens imobiliários estiverem situados.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possua no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários constitutivos de uma instalação fixa de que disponha um residente de um Estado Contratante no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão liberal, incluindo ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, são tributáveis no outro Estado. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional e de bens imobiliários pertinentes à exploração de tais navios ou aeronaves somente serão tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer bens ou direitos diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

Artigo XIV

Profissões independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades independentes de caráter análogo só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o pagamento desses serviços e atividades caiba a um estabelecimento permanente situado no outro Estado Contratante ou a uma sociedade residente desse outro Estado. Nesse caso, esses rendimentos são tributáveis nesse outro Estado.

2. A expressão "profissão liberal" abrange, em especial, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo e pedagógico, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

Artigo XV

Profissões dependentes

1. Com ressalva das disposições dos Artigos XVI, XVIII, XIX, XX e XXI, os salários, ordenados e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego serão tributáveis somente nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes são tributáveis nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações que um residente de um Estado Contratante receber em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias do ano fiscal considerado;
- b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador, que não é residente do outro Estado; e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa que o empregador tiver no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste artigo, as remunerações relativas a um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave em tráfego internacional são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

Artigo XVI

Remunerações de direção

As remunerações de direção e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante recebe na qualidade de membro do conselho de diretores ou de um conselho fiscal de uma sociedade residente do outro Estado Contratante, são tributáveis nesse outro Estado.

Artigo XVII

Artistas e desportistas

1. Não obstante as outras disposições da presente Convenção, os rendimentos obtidos pelos profissionais de espetáculo, tais como artistas de teatro, cinema, de rádio ou de televisão e músicos, bem como os dos desportistas, pelo exercício, nessa qualidade, de suas atividades pessoais, são tributáveis no Estado Contratante em que essas atividades forem exercidas.

2. Quando os serviços mencionados no parágrafo 1 deste Artigo forem fornecidos num Estado Contratante por uma empresa do outro Estado Contratante, os rendimentos recebidos pela empresa pelo fornecimento desses serviços podem ser tributados no primeiro Estado Contratante, não obstante as outras disposições da presente Convenção.

Artigo XVIII

Pensões e unidades

1. Com ressalva das disposições dos parágrafos 1 e 3 do Artigo XIX, as pensões e outras remunerações similares que não excederem um montante equivalente a US\$ 4,000 em um ano calendário, e anuidades pagas a um residente de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado.

O montante da pensão que exceder o limite acima mencionado será tributável em ambos os Estados Contratantes.

2. No presente artigo:

- a) a expressão "pensões e outras remunerações similares" designa pagamentos periódicos efetuados depois da aposentadoria, em consequência de emprego anterior, ou a título de compensação por danos sofridos em consequência de emprego anterior;
- b) o termo "anuidade" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados durante a vida ou durante um período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição plena e adequada em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

Artigo XIX

Pagamentos governamentais

1. As remunerações, incluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou autoridade local, quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em consequência de serviços prestados a esse Estado, a uma sua subdivisão política ou autoridade local, no exercício de suas funções governamentais, ou de outras funções de caráter público, são tributáveis nesse Estado. Tais remunerações serão, entretanto, tributáveis somente nesse Estado, se o beneficiário for nacional desse Estado.

2. O disposto nos Artigos XV, XVI e XVIII aplica-se às remunerações ou pensões pagas em consequência de serviços prestados no âmbito de uma atividade comercial ou industrial exercida por um dos Estados Contratantes, uma sua subdivisão política ou autoridade local.

3. As pensões pagas com fundos provenientes da previdência social de um Estado Contratante são tributáveis nesse Estado.

Artigo XX

Professores e pesquisadores

Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante, e que, a convite do primeiro Estado Contratante, ou de uma universidade, escola superior, escola, museu ou outra instituição cultural do primeiro Estado Contratante, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado, por um período não superior a dois anos, com o único fim de lecionar, proferir conferências, ou realizar pesquisas em tais instituições será isenta de imposto nesse Estado no que concerne à remuneração proveniente dessa atividade, desde que essa pessoa esteja sujeita a imposto no outro Estado Contratante.

Artigo XXI

Estudantes

1. Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior a sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante, e que permanecer no primeiro Estado Contratante exclusivamente:

- a) como estudante de uma universidade, escola superior ou escola do primeiro Estado contratante,
- b) como estagiário, ou
- c) como beneficiário de uma doação, subvenção ou prêmio concedido por uma organização religiosa, de caridade, científica ou educacional, com o fim primordial de estudar e pesquisar,

será isenta de imposto no primeiro Estado Contratante no que concerne às quantias que receber do exterior para fazer face à sua manutenção, educação ou treinamento.

2. Um estudante ou estagiário que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante, e que permanecer no primeiro Estado Contratante com o único fim de se educar ou de realizar treinamento, será isento de imposto no primeiro Estado Contratante, por um período não superior a três anos fiscais consecutivos, no que concerne à remuneração que receber pelo emprego exercido nesse Estado, desde que a remuneração não exceda, num ano fiscal, o montante correspondente a US\$ 2,000.

Artigo XXII

Rendimentos não expressamente mencionados

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante não expressamente mencionados nos artigos precedentes da presente Convenção são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

Artigo XXIII

Métodos para eliminar a dupla tributação

com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis no Brasil, com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis no Brasil, a Suécia permitirá que seja deduzido do imposto que cobrar sobre os rendimentos dessa pessoa, um montante igual ao imposto sobre a renda pago no Brasil.

Todavia, o montante deduzido não poderá exceder à fração do imposto de renda sueco, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributados no Brasil.

2. Os dividendos pagos por uma sociedade residente do Brasil a uma sociedade residente da Suécia serão isentos de imposto na Suécia na medida em que esses dividendos sejam isentos pela legislação sueca, se ambas as sociedades forem suecas.

Essa isenção não será aplicável a menos que a parte principal dos lucros da sociedade que paga os dividendos provenha, direta ou indiretamente, de atividades empresariais que não sejam relacionadas com a administração de títulos ou outros bens similares e que essas atividades sejam exercidas no Brasil pela sociedade que paga os dividendos ou por uma sociedade na qual possua no mínimo 25% do capital com direito a voto.

3. Na aplicação do parágrafo 1 deste Artigo, no que se refere aos dividendos mencionados no Artigo X pagos por uma sociedade residente do Brasil a uma sociedade (excluindo-se as sociedades de pessoas) residente da Suécia, cujos dividendos não sejam, pelo parágrafo 2 deste Artigo, isentos de imposto na Suécia, e aos royalties mencionados no parágrafo 2b do Artigo XII, o imposto brasileiro será considerado como tendo sido pago com a alíquota de 25 por cento. No que se refere aos juros mencionados no parágrafo 2b do Artigo XI o imposto brasileiro será considerado como tendo sido pago com a alíquota de 20 por cento.

4. Quando um residente do Brasil receber rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis na Suécia, o Brasil permitirá que seja deduzido do imposto que cobrar sobre os rendimentos dessa pessoa, um montante igual ao imposto sobre a renda pago na Suécia.

Todavia, o montante deduzido não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributados na Suécia.

5. Quando, de acordo com a presente Convenção, um residente de um Estado Contratante for isento de imposto nesse Estado Contratante, com relação a rendimento recebido do outro Estado Contratante, o primeiro Estado Contratante, ao calcular o imposto sobre a parte remanescente do rendimento dessa pessoa, poderá aplicar a taxa do imposto que teria sido aplicável se o rendimento isento de imposto, nos termos da presente Convenção, não o tivesse sido.

Artigo XXIV

Não discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente, diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. O termo "nacionais" designa:

- a) todas as pessoas físicas que possuam a nacionalidade de um Estado Contratante;
- b) todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas e associações constituídas de acordo com a legislação em vigor num Estado Contratante.

3. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante não será menos favorável do que as das empresas desse outro Estado Contratante que exerçam a mesma atividade.

Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder às pessoas residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, os abatimentos e reduções de imposto em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4. As empresas de um Estado Contratante, cujo capital pertencer ou for controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por uma ou várias pessoas residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diversa ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras empresas da mesma natureza desse primeiro Estado.

5. No presente Artigo, o termo "tributação" designa os impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo XXV

Procedimento amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelas legislações nacionais desses Estados, submeter o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que é residente.

2. Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão de comum acordo com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação em desacordo com a presente Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas que surgirem da interpretação ou da aplicação da presente Convenção. Poderão, também, consultar-se mutuamente com vistas a eliminar a dupla tributação nos casos não previstos na presente Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a acordo nos termos dos parágrafos anteriores. Se, para facilitar a realização desse acordo, tornar-se aconselhável realizar trocas de entendimentos verbais, tais entendimentos poderão ser efetuados no âmbito de uma Comissão de representantes das autoridades competentes dos Estados Contratantes.

Artigo XXVI

Troca de informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção e das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos que são objetos da presente Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista for conforme com a presente Convenção. Todas as informações assim trocadas serão consideradas secretas e só poderão ser comunicadas às autoridades (inclusive um tribunal) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos que são objeto da Convenção.

2. O disposto no parágrafo 1 não poderá, em caso algum, ser interpretado no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

- a) de tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) de fornecer informações que não poderiam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;

- c) de fornecer informações reveladoras de segredos comerciais, industriais, profissionais ou de processos comerciais ou industriais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo XXVII

Funcionários diplomáticos e consulares

Nada na presente Convenção prejudicará os privilégios fiscais de que se beneficiam os funcionários diplomáticos ou consulares em virtude de regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

Artigo XXVIII

Entrada em vigor

1. A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em Estocolmo tão logo seja possível.

2. A presente Convenção entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis:

I) no que concerne aos impostos cobrados por meio de retenção na fonte, as importâncias pagas ou remetidas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor;

II) no que concerne aos outros impostos sobre a renda, aos rendimentos recebidos no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor.

3. O Acordo entre a Suécia e o Brasil para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda e o capital, assinado no Rio de Janeiro a 17 de setembro de 1965, cessará de vigorar, relativamente aos impostos retidos na fonte e aos outros impostos sobre a renda, a partir da data em que a presente Convenção entrar em vigor, de acordo com o parágrafo 2 deste artigo. No que se refere ao imposto sueco sobre o capital, o Acordo será aplicado pela última vez com relação ao capital possuído por ocasião da expiração do ano em que a presente Convenção entrar em vigor.

Artigo XXIX:

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor indefinidamente, mas qualquer Estado Contratante poderá denunciá-la depois de decorrido um período de três anos a contar da data e sua entrada em vigor mediante um aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante através dos canais diplomáticos, desde que tal aviso seja dado até ou antes do dia 30 de qualquer ano calendário. Nesse caso, a Convenção não se aplicará:

- I) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas ou remetidas depois da expiração do ano calendário no qual o aviso de denúncia tenha sido dado;
- II) no que concerne aos outros impostos sobre a renda, aos rendimentos recebidos depois da expiração do ano calendário no qual o aviso da denúncia tenha sido dado.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção e nela apuseram seus selos.

Feito em Brasília, no dia 25 de abril de 1975, em duplicata, nas línguas portuguesa, sueca e inglesa, sendo os três textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência na interpretação, prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:

Antônio F. Azeredo da Silveira

Pelo Governo do
Reino da Suécia:

Bengt Odevall

PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia, os abaixo assinados, para isso devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, acordaram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da Convenção.

1. Ad/Artigo X, parágrafos 2a e 5, Artigo XI, parágrafo 2b, Artigo XII, parágrafo 2b e Artigo XXIII, parágrafo 3.

- a) As disposições do mencionado parágrafo 3 do Artigo XXIII serão aplicáveis somente nos primeiros 10 anos de vigência da Convenção;
- b) as limitações da alíquota do imposto previstas nos parágrafos 2a e 5 do Artigo X, parágrafo 2b do Artigo XI, e parágrafo 2b do Artigo XII serão aplicáveis somente nos primeiros 10 anos de vigência da Convenção;
- c) depois da expiração do período de 10 anos mencionado nas alíneas a) e b) acima, as autoridades competentes poderão consultar-se mutuamente a fim de determinar se aquele período será ampliado.

2. Ad/Artigo X, parágrafo 5

Fica entendido que as disposições do parágrafo acima mencionado não são conflitantes com as disposições do parágrafo 3 do Artigo XXIV.

3. Ad/Artigo XXIV, parágrafo 4

Na eventualidade de o Brasil, após a assinatura da presente Convenção, permitir que os **royalties** mencionados no parágrafo 3 do Artigo XII, pagos por uma empresa residente do Brasil a uma empresa residente de um terceiro Estado não localizado na América Latina, e que possua no mínimo 50 por cento do capital da empresa residente do Brasil, sejam dedutíveis para efeito de determinação dos lucros tributáveis dessa empresa, uma dedução igual será automaticamente aplicável, em condições similares, a uma empresa residente do Brasil que pague **royalties** a uma empresa residente da Suécia.

Fica entendido que a presente disposição da lei brasileira concernente à não-dedutibilidade dos **royalties**, conforme acima indicado, não é conflitante com o parágrafo 4 do artigo XXIV da Convenção.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo e nele afixaram seus respectivos selos.

Feito em Brasília, no dia 25 de abril de 1975, em duplicata, em línguas portuguesa, sueca e inglesa, sendo os três textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:

Antonio F. Azeredo da Silveira

Pelo Governo do
Reino da Suécia:

Bengt Odevall

CONVENTION BETWEEN BRAZIL AND SWEDEN FOR THE AVOIDANCE
OF DOUBLE TAXATION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME

The Government of the Federative Republic of Brazil,
and
The Government of the Kingdom of Sweden

Desiring to conclude a Convention for the avoidance
of double taxation with respect to taxes on income,

Have agreed as follows:

ARTICLE 1

PERSONAL SCOPE

This Convention shall apply to persons who are resi-
dents of one or both of the Contracting States.

ARTICLE 2

TAXES COVERED

1. The existing taxes to which the Convention shall
apply are:

- a) in the case of Sweden
 - i) the State income tax, including sailors tax and coupon tax;
 - ii) the tax on the undistributed profits;
 - iii) the tax on the distribution in connection with reduction of share capital or winding-up of a company;
 - iv) the tax on public entertainers;
 - v) the communal income tax;
(hereinafter referred to as "Swedish tax").
- b) in the case of Brazil
 - the federal income tax, excluding the tax on excess remittances and on activities of minor importance;
(hereinafter referred to as "Brazilian tax").

2. The Convention shall also apply to any identical or substantially similar taxes which are subsequently imposed in addition to, or in place of, the afore-mentioned taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify to each other any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

ARTICLE 3

GENERAL DEFINITIONS

- 1. In this Convention, unless the context otherwise requires:
 - a) the term "Sweden" means the Kingdom of Sweden, and includes any area adjacent to the territorial waters of Sweden within which, under the laws of Sweden and in accordance with international law,

the rights of Sweden with respect to the exploration and exploitation of the natural resources on the sea bed or in its sub-soil may be exercised;

- b) the term "Brazil" means the Federative Republic of Brazil;
- c) the terms "a Contracting State" and "the other Contracting State" mean Sweden or Brazil, as the context requires;
- d) the term "person" comprises an individual, a company and any other body of persons;
- e) the term "company" means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
- f) the terms "enterprise of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
- g) the term "international traffic" includes traffic between places in one country in the course of a journey which extends over more than one country;
- h) the term "competent authority" means:
 - i) in Sweden: the Minister of Finance or his authorised representative;
 - ii) in Brazil: the Minister of Finance, the Secretary of Federal Revenue or their authorised representative.

2. As regards the application of the Convention by a Contracting State any term not otherwise defined shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has under the laws of that Contracting State relating to the taxes which are the subject of the Convention.

ARTICLE 4

FISCAL DOMICILE

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the law of that State, is liable to taxation therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature.

2. Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined in accordance with the following rules:

- a) He shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has a permanent home available to him. If he has a permanent home available to him in both Contracting States, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State with which his personal and economic relations are closest (centre of vital interests);
- b) If the Contracting State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either Contracting State, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both Contracting States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State of which he is a national;
- d) If he is a national of both Contracting States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which its place of effective management is situated.

ARTICLE 5

PERMANENT ESTABLISHMENT

1. For the purposes of this Convention, the term "permanent establishment" means a fixed place of business in which the business of the enterprise is wholly or partly carried on.

2. The term "permanent establishment" includes especially:

- a) a place of management;
- b) a branch;
- c) an office;
- d) a factory;
- e) a workshop;
- f) a mine, quarry or other place of extraction of natural resources;
- g) a building site or construction or assembly project which exists for more than six months.

3. The term "permanent establishment" shall not be deemed to include:

- a) the use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise, or for collecting information, for the enterprise;

e) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of advertising, for the supply of information, for scientific research or for similar activities which have a preparatory or auxiliary character for the enterprise.

4. A person acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State - other than an agent of an independent status to whom paragraph 5 applies - shall be deemed to be a permanent establishment in the first-mentioned State if he has, and habitually exercises in that State, an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, unless his activities are limited to the purchase of goods or merchandise for the enterprise.

However, an insurance company of a Contracting State shall be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State provided that, through a representative other than the persons to whom paragraph 5 below applies, it receives premium or insures risks in that other State.

5. An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State merely because it carries on business in that other State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, where such persons are acting in the ordinary course of their business.

6. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

ARTICLE 6

INCOME FROM IMMOVABLE PROPERTY

1. Income from immovable property may be taxed in the Contracting State in which such property is situated.

2. a) Subject to the provisions of sub-paragraphs b) and c) the term "immovable property" shall be defined in accordance with the law of the Contracting State in which the property in question is situated;
- b) the term shall, however, in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting immovable property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources;
- c) ships, boats and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3. The provision of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of professional services.

ARTICLE 7

BUSINESS PROFITS

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In the determination of the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment including executive and general administrative expenses so incurred.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5. Where profits include items of income which are dealt with separately in other Articles of this Convention, then the provisions of those Articles shall not be affected by the provisions of this Article.

ARTICLE 8

SHIPPING AND AIR TRANSPORT

1. Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2. With respect to profits derived by the Swedish, Danish and Norwegian air transport consortium, known as Scandinavian Airlines System (SAS) the provisions of this Article shall apply, but only to such part of the profits as corresponds to the shareholding in that consortium held by A.B. Aerotransport (ABA), the Swedish partner of Scandinavian Airlines System (SAS).

ARTICLE 9

ASSOCIATED ENTERPRISES

Where

- a) an enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or
- b) the same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, than any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

ARTICLE 10

DIVIDENDS

1. Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, and according to the law of that State, but the tax so charged shall not exceed:

- a) 15 per cent of the gross amount of the dividends if the recipient is a company (excluding a partnership);

b) 25 per cent of the gross amount of the dividends in all other cases.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the recipient of the dividends, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State, of which the company paying the dividends is a resident, a permanent establishment with which the holding by virtue of which the dividends are paid is effectively connected. In such a case, the provisions of Article 7 shall apply.

4. The term "dividends" as used in this Article means income from shares, "jouissance" shares or "jouissance" rights, mining shares, founder's shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights assimilated to income from shares by the taxation law of the State of which the company making the distribution is a resident.

5. Where a company resident of Sweden has a permanent establishment in Brazil, that permanent establishment may be subject to a tax withheld at source in accordance with Brazilian law. However, such a tax shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the profits of that permanent establishment determined after the payment of the corporation tax related to such profits.

6. The tax rate limitation foreseen in paragraphs 2a and 5 shall not apply to dividends or profits paid or remitted up to the expiration of the 3rd calendar year following the year in which this Convention enters into force.

ARTICLE 11

INTEREST

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the law of that State but the tax so charged shall not exceed:

- a) 25 per cent of the gross amount of the interest if the recipient is an individual or a partnership;
- b) 15 per cent of the gross amount of the interest in all other cases.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 interest arising in a Contracting State and paid to the Government of the other Contracting State, a political subdivision or local authority thereof or any agency (including a financial institution) wholly owned by that Government, political subdivision or local authority or to the Central Bank of that other Contracting State shall be exempt from tax in the first-mentioned Contracting State.

4. The term "interest" as used in this Article means income from Government securities, bonds or debentures, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in profits, and debt-claims of every kind as well as other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the Contracting State in which the income arises.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the recipient of the interest, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State in which the interest arises a permanent establishment with which the debt-claim from which the interest arises is effectively connected. In such a case the provisions of Article 7 shall apply.

6. The limitation established in paragraph 2 b shall not apply to interest arising in a Contracting State and paid to a permanent establishment of an enterprise of the other Contracting State which is situated in a third State.

7. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that Contracting State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where,

however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment, then such interest shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

8. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the interest paid, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State due regard being had to the other provisions of this Convention.

ARTICLE 12

ROYALTIES

1. Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such royalties may be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the laws of that State, but the tax so charged shall not exceed:

- a) 25 per cent of the gross amount of royalties arising from the use or the right to use trade marks;
- b) 15 per cent in all other cases.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3. The term "royalties" as used in this Article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work (including cinematograph films, films or tapes for television or radio broadcasting); any patent, trade marks, design or model, plan, secret.

formula or process, as well as for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by the permanent establishment, then such royalties shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the recipient of the royalties, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State in which the royalties arise, a permanent establishment with which the right or property giving rise to the royalties is effectively connected. In such a case, the provisions of Article 7 shall apply.

6. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the royalties paid, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

ARTICLE 13

CAPITAL GAINS

1. Gains from the alienation of immovable property, as defined in paragraph 2 of Article 6, may be taxed in the Contracting State in which the immovable property is situated.

2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an

enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing professional services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or together with the whole enterprise) or of such a fixed base, may be taxed in the other State. However, gains from the alienation of ships and aircraft operated in international traffic and movable property pertaining to the operation of such ships and aircraft shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

3. Gains from the alienation of any property or right other than those mentioned in paragraphs 1 and 2 may be taxed in both Contracting States.

ARTICLE 14

INDEPENDENT PERSONAL SERVICES

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other independent activities of a similar nature shall be taxable only in that State, unless the payment of such services and activities is borne by a permanent establishment situated in the other Contracting State or a company resident therein. In such a case, the income may be taxed in that other State.

2. The term "professional services" includes, especially, independent scientific, technical, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

ARTICLE 15

DEPENDENT PERSONAL SERVICES

1. Subject to the provisions of Articles 16, 18, 19, 20, and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be

taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) the recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in the fiscal year concerned, and
- b) the remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- c) the remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, remuneration in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft in international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

ARTICLE 16

DIRECTORS' FEES

Directors' fees and similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or of a "Conselho Fiscal" of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

ARTICLE 17

ARTISTES AND ATHLETES

1. Notwithstanding any other provisions of this Convention, income derived by public entertainers, such as theatre, motion

picture, radio or television artistes, and musicians, and by athletes, from their personal activities as such may be taxed in the Contracting State in which these activities are exercised.

2. Where the services mentioned in paragraph 1 of this Article are provided in a Contracting State by an enterprise of the other Contracting State, then the income derived from providing those services by such an enterprise may, notwithstanding any other provision of this Convention, be taxed in the first-mentioned Contracting State.

ARTICLE 18

PENSIONS AND ANNUITIES

1. Subject to the provisions of paragraphs 1 and 3 of Article 19, pensions and other similar remuneration not exceeding an amount equivalent to US\$ 4,000 in a calendar year, and annuities paid to a resident of a Contracting State shall be taxable only in that State.

The amount of pension which exceeds the above-mentioned limit may be taxed in both Contracting States.

2. As used in this Article:

- a) the term "pensions and other similar remuneration" means periodic payments made after retirement in consideration of past employment or by way of compensation for injuries received, in connection with past employment;
- b) the term "annuity" means a stated sum payable periodically at stated times during life, or during a specified or ascertainable period of time, under an obligation to make the payments in return for adequate and full consideration in money or money's worth (other than services rendered).

ARTICLE 19

GOVERNMENTAL PAYMENTS

1. Remuneration, including pensions, paid by, or out of funds created by, a Contracting State, a political subdivision or a

local authority thereof to any individual in respect of services rendered to that State, to a political subdivision or a local authority thereof in the discharge of functions of a governmental or other public nature may be taxed in that State. Such remuneration shall, however, be taxable only in that State if the recipient is a national of that State.

2. The provisions of Articles 15, 16 and 18 shall apply to remuneration or pensions in respect of services rendered in connection with any trade or business carried on by one of the Contracting States, a political subdivision or a local authority thereof.

3. Pensions paid out under the Social Security Scheme of a Contracting State may be taxed in that State.

ARTICLE 20

TEACHERS AND RESEARCHERS

An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who, at the invitation of the first-mentioned Contracting State or a university, college, school, museum or other cultural institution in that first-mentioned Contracting State or under an official program of cultural exchange, is present in that State for a period not exceeding two years solely for the purpose of teaching, giving lectures or carrying out research at such institution shall be exempt from tax in that State on his remuneration for such activity, provided he is subject to tax thereon in the other Contracting State.

ARTICLE 21

STUDENTS

1. An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned Contracting State solely:

- a) as a student at a university, college or school in that first-mentioned Contracting State,
- b) as a trainee, or

c) as the recipient of a grant, allowance or award for the primary purpose of study or research from a religious, charitable, scientific or educational organization,

shall be exempt from tax in that first-mentioned Contracting State in respect of remittances from abroad for the purposes of his maintenance, education or training.

2. A student or trainee who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned Contracting State solely, for the purposes of his education or training shall be exempt from tax in that first-mentioned Contracting State for a period not exceeding three consecutive fiscal years in respect of remuneration from employment in that State, provided that the remuneration does not exceed in the fiscal year an amount corresponding to US\$ 2,000.

ARTICLE 22

INCOME NOT EXPRESSLY MENTIONED

Items of income of a resident of a Contracting State which are not expressly mentioned in the foregoing Articles of this Convention may be taxed in both Contracting States.

ARTICLE 23

METHODS FOR AVOIDING DOUBLE TAXATION

1. Where a resident of Sweden derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Brazil, Sweden shall allow as a deduction from the tax on the income of that person, an amount equal to the Brazilian tax paid.

The deduction shall not, however, exceed that part of the Swedish income tax, as computed before the deduction is given, which is appropriate to the income which may be taxed in Brazil.

2. Dividends paid by a company being a resident of Brazil

to a company which is a resident of Sweden shall be exempt from tax in Sweden to the extent that the dividends would have been exempt under Swedish law if both companies had been Swedish companies. This exemption shall not apply unless the principal part of the profits of the company paying the dividends arises, directly or indirectly, from business activities other than the management of securities and other similar property and such activities are carried on within Brazil by the company paying the dividends or by a company in which it owns at least 25 per cent of the voting power.

3. In the application of paragraph 1 of this Article, as respects dividends referred to in Article 10 paid by a company resident in Brazil to a company (excluding a partnership) resident in Sweden which dividends are not exempt from tax in Sweden under paragraph 2 of this Article and on royalties as referred to in paragraph 2 b of Article 12, Brazilian tax shall be considered as having been paid at a rate of 25 per cent. With regard to interest referred to in paragraph 2 b of Article 11 Brazilian tax shall be considered as having been paid at a rate of 20 per cent.

4. Where a resident of Brazil derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Sweden, Brazil, when applying its tax, shall allow a credit corresponding to the amount of the tax paid in Sweden.

The amount of this credit, however, shall not exceed the part of the Brazilian tax corresponding to the participation of such income in the income which is taxable in Brazil.

5. Where under this Convention a resident of a Contracting State is exempt from tax in that Contracting State in respect of income derived from the other Contracting State, then the first-mentioned Contracting State may, in calculating the tax on the remaining income of that person, apply the rate of tax which would have been applicable if the income exempted from tax in accordance with this Convention had not been so exempted.

ARTICLE 24

NON-DISCRIMINATION

1. The nationals of a Contracting State shall not be

subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The term "nationals" means:

a) all individuals possessing the nationality of a Contracting State;

b) all legal persons, partnerships and associations deriving their status as such from the law in force in a Contracting State.

3. The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities.

This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

4. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of that first-mentioned State are or may be subjected.

5. In this Article the term "taxation" means taxes of every kind and description.

ARTICLE 25

MUTUAL AGREEMENT PROCEDURE

1. Where a resident of a Contracting State considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with this Convention,

he may, notwithstanding the remedies provided by the national laws of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident.

2. The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at an appropriate solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation not in accordance with the Convention.

3. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention. They may also consult together for the elimination of double taxation in cases not provided for in the Convention.

4. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs. When it seems advisable in order to reach agreement to have an oral exchange of opinions, such exchange may take place through a Commission consisting of representatives of the competent authorities of the Contracting States.

ARTICLE 26

EXCHANGE OF INFORMATION

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for the carrying out of this Convention and of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by this Convention insofar as the taxation thereunder is in accordance with this Convention. Any information so exchanged shall be treated as secret and shall not be disclosed to any persons or authorities other than those (including a court) concerned with the assessment or collection of the taxes which are the subject of the Convention.

2. In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on one of the Contracting States the obligation:

- a) to carry out administrative measures at variance with the laws or the administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) to supply particulars which are not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) to supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy.

ARTICLE 27

DIPLOMATIC AND CONSULAR OFFICIALS

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of diplomatic or consular officials under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

ARTICLE 28

ENTRY INTO FORCE

1. This Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at Stockholm as soon as possible.

2. This Convention shall enter into force upon the exchange of instruments of ratification and its provisions shall have effect:

I - as respects taxes withheld at source to amounts paid or remitted on or after January 1 of the calendar year immediately following the year in which the Convention enters into force;

II - as respects other taxes on income, to income derived on or after January 1 of the calendar year immediately following the year in which the Convention enters into force.

3. The Agreement between Sweden and Brazil for the avoidance of double taxation with respect to taxes on income and capital, signed at Rio de Janeiro on 17th September 1965, shall cease to have effect as regards taxes withheld at source and other taxes on income, from the date on which the present Convention becomes effective in accordance with paragraph 2 of this Article. With respect to the Swedish capital tax, the Agreement shall be applied for the last time in respect of capital owned at the expiration of the year in which the present Convention enters into force.

ARTICLE 29

TERMINATION

This Convention shall remain in force indefinitely, but either Contracting State may, on or before 30th June in any calendar year beginning after the expiration of a period of three years from the date of the entry into force, give to the other Contracting State, through diplomatic channels, written notice of termination. In such case, the Convention shall cease to have effect:

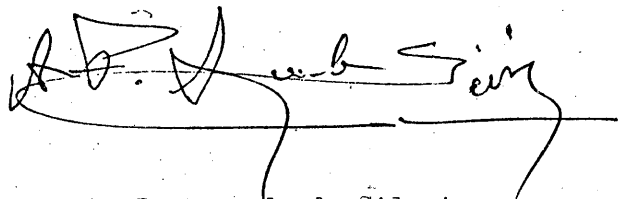
I - as respects taxes withheld at source, to amounts paid or remitted after the expiration of the calendar year in which the notice of termination is given;

II - as respects other taxes on income, to income derived after the expiration of the calendar year in which the notice of termination is given.

In witness whereof the undersigned being duly authorized thereto have signed this Convention and have affixed thereto their seals.

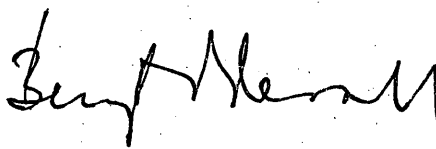
Done at Brasília this 25th day of April 1975,
in duplicate in the Portuguese, the Swedish and the English languages,
all three texts being equally authentic. In case of any divergence
of interpretation the English text shall prevail.

For the Government of the
Federative Republic of
Brazil:



Antonio F. Azeredo da Silveira

For the Government of the
Kingdom of Sweden:



Bengt Odevall

PROTOCOL

At the moment of the signature of the Convention for the avoidance of double taxation with respect to taxes on income, between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Kingdom of Sweden; the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have agreed upon the following provisions which constitute an integral part of the Convention.

1. Ad/Article 10, paragraphs 2a and 5, Article 11, paragraph 2b Article 12, paragraph 2b and Article 23, paragraph 3.

a) The provisions of the above mentioned paragraph 3 of Article 23 shall apply only for the first ten years during which the Convention is effective.

b) The tax rate limitations foreseen in paragraphs 2a and 5 of Article 10, paragraph 2b of Article 11, paragraph 2b of Article 12 shall apply only for the first ten years during which the Convention is effective.

c) After the expiration of the period of ten years mentioned in sub-paragraphs a) and b) above, the competent authorities may consult each other in order to determine whether this period shall be extended.

2. Ad/Article 10, paragraph 5

It is understood that the provisions of the above mentioned paragraph are not conflictant with the provisions of paragraph 3 of Article 24.

3. Ad/Article 24, paragraph 4

In the event that Brazil, after the signature of the Convention, would allow that royalties, as defined in paragraph 3 of

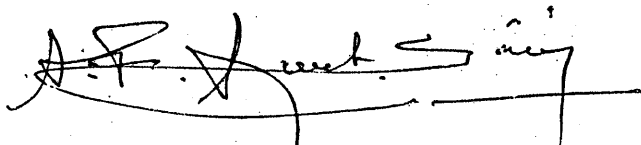
Article 12, paid by an enterprise which is a resident of Brazil to an enterprise which is a resident of a third State not located in Latin-America, and which hold at least 50 per cent of the capital of the enterprise which is a resident of Brazil, be deductible at the moment of the determination of the taxable profits of this enterprise, an equal deduction will be automatically applicable under similar conditions, to an enterprise which is a resident of Brazil paying royalties to an enterprise which is a resident of Sweden.

It is understood that the present disposition of the Brazilian law regarding the non-deductibility of royalties as indicated above are not conflictant with paragraph 4 of Article 24 of the Convention.

In witness whereof the undersigned being duly authorized thereto have signed this Protocol and have affixed thereto their seals.

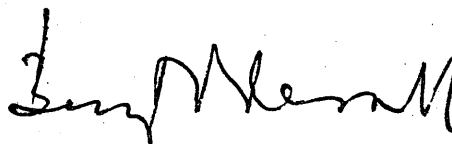
Done at Brasilia this 25th day of April 1975, in duplicate in the Portuguese, the Swedish and the English languages, all three texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation the English text shall prevail.

For the Government of the
Federative Republic of
Brazil:



Antonio F. Azeredo da Silveira

For the Government of the
Kingdom of Sweden:



Bengt Odevall

AVTAL MELLAN BRASILIEN OCH SVERIGE FÖR UNDVIKANDE
AV DUBBELBESKATTNING BETRÄFFANDE INKOMSTSKATTER



Förbundsrepubliken Brasiliens regering

och

Konungariket Sveriges regering

har, föranledda av önskan att ingå avtal för undvikande av dubbelbeskattning beträffande inkomstskatter, överenskommit om följande bestämmelser:

ARTIKEL 1

Skattskyldiga

Detta avtal är tillämpligt på personer som har hemvist i en avtalslutande stat eller i båda staterna.

ARTIKEL 2

Skatter

1. De skatter som avses i detta avtal är för närvarande:

a) I Sverige:

- 1) Den statliga inkomstskatten, sjömansskatten och kupongskatten däri inbegripna,
- 2) ersättningskatten,
- 3) utskiftningskatten,
- 4) bevillningsavgiften för vissa offentliga föreställningar samt
- 5) den kommunala inkomstskatten;

skatt av sådant slag benämnes i det följande "svensk skatt".

b) i Brasilien: Den federala inkomstskatten, skatterna på för höga vinstöverföringar och på verksamhet av mindre vikt däri icke inbegripna; skatt av sådant slag benämnes i det följande "brasiliansk skatt".

2. Avtalet tillämpas även på skatter av samma eller i huvudsak likartat slag som senare uttages vid sidan av eller i stället för de ovannämnda skatterna. De behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna skall meddela varandra de väsentliga ändringar som skett i respektive skattelagstiftning.

ARTIKEL 3

Allmänna definitioner

1. Där icke sammanhanget föranleder annat, har i detta avtal följande uttryck nedan angiven betydelse:

a) Uttrycket "Sverige" åsyftar Konungariket Sverige och inbegriper varje intill Sveriges territorialvatten beläget område, inom vilket Sverige enligt svensk lag och i överensstämmelse med folkrättens allmänna regler äger utöva sina rättigheter med avseende på utforskandet och utnyttjandet av naturtillgångar på havsbotten och i dennas underlag.

b) Uttrycket "Brasilien" åsyftar Förbundsrepubliken Brasilien.

c) Uttrycken "en avtalsslutande stat" och "den andra avtalsslutande staten" åsyftar Sverige eller Brasilien, alltefter som sammanhanget kräver.

d) Uttrycket "person" omfattar fysisk person, bolag och varje annan sammanslutning av personer.

e) Uttrycket "bolag" åsyftar varje slag av juridisk person eller varje subjekt, som i beskattningshänseende behandlas såsom juridisk person.

f) Uttrycken "företag i en avtalsslutande stat" och i "företag i den andra avtalsslutande staten" åsyftar företag, som bedrivs av person med hänvist i en avtalsslutande stat, och företag, som bedrivs av person med hänvist i den andra avtalsslutande staten.

g) Uttrycket "internationell trafik" inbegriper trafik som utövas mellan orter i ett och samma land, vilken ingår som en del av en resa som sträcker sig över mer än ett land.

h) Uttrycket "behörig myndighet" åsyftar:

1) I Sverige: Finansministern eller hans befullmäktigade ombud.

2) I Brasilien: Finansministern, "the Secretary of the Federal Revenue" eller deras befullmäktigade ombud.

2. Då en avtalsslutande stat tillämpar detta avtal anses, såvitt icke sammanhanget föranleder annat, varje däri förekommande uttryck, vars innebörd icke angivits särskilt, ha den betydelse som uttrycket har enligt den statens lagstiftning rörande sådana skatter som omfattas av avtalet.

ARTIKEL 4

Skatterättsligt hemvist

1. Vid tillämpningen av detta avtal åsyftar uttrycket "person med hemvist i en avtalsslutande stat" varje person som enligt lagstiftningen i denna stat är underkastad beskattning där på grund av hemvist, bosättning, styrelses säte eller varje annan liknande omständighet.

2. Då på grund av bestämmelserna i punkt 1 fysisk person har hemvist i båda avtalsslutande staterna, fastställs hans hemvist enligt följande regler:

a) Han anses ha hemvist i den avtalsslutande stat, där han har ett hem som stadigvarande står till hans förfogande. Om han har ett sådant hem i båda avtalsslutande staterna anses han ha hemvist i den avtalsslutande stat, med vilken hans personliga och ekonomiska förbindelser är starkast (centrum för levnadsintressena).

b) Om det icke kan avgöras, i vilken avtalsslutande stat han har centrum för levnadsintressena, eller om han icke i någondera avtalsslutande staten har ett hem, som stadigvarande står till hans förfogande, anses han ha hemvist i den avtalsslutande stat, där han stadigvarande vistas.

c) Om han stadigvarande vistas i båda avtalsslutande staterna eller om han icke vistas stadigvarande i någon av dem, anses han ha hemvist i den avtalsslutande stat där han är medborgare.

d) Om han är medborgare i båda avtalsslutande staterna eller om han icke är medborgare i någon av dem, avgör de behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna frågan genom överenskommelse.

3. Då på grund av bestämmelserna i punkt 1 person som ej är fysisk person har hemvist i båda avtalslutande staterna anses personen i fråga ha hemvist i den avtalslutande stat där den har sin verkliga ledning.

ARTIKEL 5

Fast driftställe

1. Vid tillämpningen av detta avtal förstås med uttrycket "fast driftställe" en stadigvarande affärsanordning, där företagets verksamhet helt eller delvis utövas.

2. Såsom fast driftställe anses särskilt:

a) plats för företagsledning,

b) filial,

c) kontor,

d) fabrik,

e) verkstad,

f) gruva, stenbrott eller annan plats för utnyttjandet av naturtillgång,

g) plats för byggnads-, anläggnings- eller installationsarbete, som varar mer än sex månader.

3. Uttrycket "fast driftställe" anses icke innefatta:

a) användningen av anordningar, avsedda uteslutande för lagring, utställning eller utlämnande av företaget tillhöriga varor,

b) innehavet av ett företaget tillhörigt varulager, avsett uteslutande för lagring, utställning eller utlämnande,

c) innehavet av ett företaget tillhörigt varulager, avsett uteslutande för bearbetning eller förädling genom annat företags försorg,

d) innehavet av stadigvarande affärsanordning, avsedd uteslutande för inköp av varor eller införskaffande av upplysningar för företagets räkning,

e) innehavet av stadigvarande affärsanordning, avsedd uteslutande för att ombesörja reklam, meddela upplysningar, bedriva vetenskaplig forskning eller utöva liknande verksamhet, som är av förberedande eller biträdande art för företaget.

4. Person som är verksam i en avtalsslutande stat för företag i den andra avtalsslutande staten - härunder inbegripes icke sådan oberoende representant som avses i punkt 5 - behandlas såsom fast driftställe i den förstnämnda staten om han innehar och i denna förstnämnda stat regelbundet använder en fullmakt att sluta avtal i företagets namn samt verksamheten icke begränsas till inköp av varor för företagets räkning.

Ett försäkringsföretag i en avtalsslutande stat anses emellertid ha fast driftställe i den andra avtalsslutande staten, om företaget uppbär premier eller försäkrar risker i denna andra stat genom ombud, andra än sådana personer som avses i punkt 5 nedan.

5. Företag i en avtalsslutande stat anses icke ha fast driftställe i den andra avtalsslutande staten endast på den grund att företaget uppehåller affärsförbindelser i denna andra stat genom förmedling av mäklare, kommissionär eller annan oberoende representant, under förutsättning att denna person därvid utövar sin vanliga affärsverksamhet.

6. Den omständigheten att ett bolag med hemvist i en avtalsslutande stat kontrollerar eller kontrolleras av ett bolag med hemvist i den andra avtalsslutande staten eller av ett bolag som uppehåller affärsförbindelser i denna andra stat (an-

tingen genom fast driftställe eller på annat sätt), medför icke i och för sig att någotdera bolaget betraktas såsom fast driftställe för det andra bolaget.

ARTIKEL 6

Fastighet

1. Inkomst av fastighet får beskattas i den avtalsslutande stat där fastigheten är belägen.

2. a) Med förbehåll för bestämmelserna i punkterna b och c har uttrycket "fastighet" den betydelse som uttrycket har enligt gällande lagar i den avtalsslutande stat där fastigheten i fråga är belägen.

b) Uttrycket inbegriper dock alltid egendom som utgör tillbehör till fastighet, levande och döda inventarier i lantbruk och skogsbruk, rättigheter på vilka föreskrifterna i allmän lag angående fastigheter är tillämpliga, nyttjanderätt till fastighet samt rätt till föränderliga eller fasta ersättningar för nyttjandet av eller rätten att nyttja mineralfyndighet, källa eller annan naturtillgång.

c) Fartyg, båtar och luftfartyg anses icke som fastighet.

3. Bestämmelserna i punkt 1 tillämpas på inkomst, som förvärfvas genom omedelbart brukande, genom uthyrning eller genom annan användning av fastighet.

4. Bestämmelserna i punkterna 1 och 3 tillämpas även på inkomst av fastighet som tillhör företag och på inkomst av fastighet som användes vid utövande av fritt yrke.

ARTIKEL 7

Rörelse

1. Inkomst av rörelse som förvärfvas av företag i en avtals-

avslutande stat beskattas endast i denna stat, såvida icke företaget bedriver rörelse i den andra avtalsslutande staten från där beläget fast driftställe. Om företaget bedriver rörelse på nytt angivet sätt, får företagets inkomst beskattas i den andra staten men endast så stor del därav, som är hänförlig till det fasta driftstället.

2. Om företag i en avtalsslutande stat bedriver rörelse i den andra avtalsslutande staten från där beläget fast driftställe, hänföres i vardera avtalsslutande staten till det fasta driftstället den inkomst av rörelse, som det kan antagas att driftstället skulle ha förvärvat, om det varit ett fristående företag, som bedrivit verksamhet av samma eller liknande slag under samma eller liknande villkor och självständigt avslutat affärer med det företag till vilket driftstället hör.

3. Vid bestämmandet av inkomst, som är hänförlig till det fasta driftstället, medges avdrag för kostnader som uppkommit för det fasta driftställets räkning, härunder inbegripna kostnader för företagets ledning och allmänna förvaltning.

4. Inkomst anses icke hänförlig till fast driftställe endast av den anledningen att varor inköpes genom det fasta driftställets försorg för företagets räkning.

5. Ingår i rörelseinkomsten inkomstlag, som behandlas särskilt i andra artiklar av detta avtal, beröres bestämmelserna i dessa artiklar icke av reglerna i förevarande artikel.

ARTIKEL 8

Sjö- och luftfart

1. Inkomst genom utövande av sjö- eller luftfart i internationell trafik beskattas endast i den avtalsslutande stat där företaget har sin verkliga ledning.

3. Bestämmelserna i denna artikel tillämpas beträffande inkomsten som förvärfvas av det svenska, danska och norska luftfartelsbolagsortiet Scandinavian Airlines System (SAS) men endast i fråga om den del av inkomsten som motsvarar den andel i koncernföretaget vilken innehas av AB Aerotransport (ABA), den svenska delägaren i Scandinavian Airlines System (SAS).

ARTIKEL 9

Intressegemenskap mellan företag

I fall då

a) ett företag i en avtalsslutande stat direkt eller indirekt deltagar i ledningen eller övervakningen av ett företag i den andra avtalsslutande staten eller äger del i detta företags kapital, eller

b) samma personer direkt eller indirekt deltagar i ledningen eller övervakningen av såväl ett företag i en avtalsslutande stat som ett företag i den andra avtalsslutande staten eller äger del i båda dessa företags kapital,

iakttages följande. Om mellan företagen i fråga om handel eller andra ekonomiska förbindelser avtalas eller föreskrives villkor, som avviker från dem som skulle ha avtalats mellan av varandra oberoende företag, får alla inkomster, som utan sådana villkor skulle ha tillkommit det ena företaget men som på grund av villkoren i fråga icke tillkommit detta företag, inräknas i detta företags inkomst och beskattas i överensstämmelse därmed.

ARTIKEL 10

Utdelning

1. Utdelning från bolag med hemvist i en avtalsslutande stat till person med hemvist i den andra avtalsslutande staten

får beskattas i denna andra stat.

2. Utdelningen får emellertid beskattas även i den avtals-
slutande stat, där bolaget som betalar utdelningen har hemvist,
i enlighet med lagstiftningen i denna stat men skatten får icke
överstiga

a) 15 procent av utdelningens bruttobelopp om mottagaren
är ett bolag (med undantag för handelsbolag och enkelt bolag),

b) 25 procent av utdelningens bruttobelopp i övriga fall.

De behöriga myndigheterna i de avtalslutande staterna
skall träffa överenskommelse om sättet för genomförandet av
denna begränsning.

Denna punkt berör inte bolagets beskattning för vinst av
vilken utdelningen betalas.

3. Bestämmelserna i punkterna 1 och 2 tillämpas icke, om
mottagaren av utdelningen har hemvist i en avtalslutande stat
och har fast driftställe i den andra avtalslutande staten, där
det utbetalande bolaget har hemvist, samt den andel av vilken
utdelningen i fråga härflyter äger verkligt samband med det
fasta driftstället. I sådant fall tillämpas bestämmelserna i
artikel 7.

4. Med uttrycket "utdelning" förstås i denna artikel in-
komst av aktier, andolsbevis eller andelsrätter, andelar i
gruva, stiftarandelar eller andra rättigheter, fordringar ej
inbegripna, med rätt till andel i vinst samt inkomst av andra
andelar i bolag, som enligt skattelagstiftningen i den stat
där det utdelande bolaget har hemvist jämställs med inkomst
av aktier.

5. Då bolag med hemvist i Sverige har fast driftställe i
Brasilien, får detta fasta driftställe underkastas skatt som
innehålles vid källan i enlighet med brasiliansk lagstiftning.

Skatten får dock icke överstiga 15 procent av det fasta driftställets vinst, beräknad efter erläggandet av den bolagsskatt som hänför sig till vinsten.

6. Den begränsning av skattesatsen som föreskrives i punkt 2 a och punkt 5 tillämpas icke på utdelning eller vinst som betalats eller överförts intill utgången av tredje kalenderåret efter det då detta avtal träder i kraft.

ARTIKEL 11

Ränta

1. Ränta, som härrör från en avtalsslutande stat och som betalas till person med hemvist i den andra avtalsslutande staten, får beskattas i denna andra stat.

2. Röntan får emellertid beskattas även i den avtalsslutande stat från vilken den härrör i enlighet med denna stats lagstiftning men skatten får icke överstiga:

a) 25 procent av röntans bruttobelopp, om mottagaren är fysisk person, handelsbolag eller enkelt bolag,

b) 15 procent av röntans bruttobelopp i övriga fall.

De behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna skall träffa överenskommelse om sättet för genomförandet av denna begränsning.

3. Ränta, som härrör från en avtalsslutande stat och som betalas till regeringen, politisk underavdelning eller lokal myndighet i den andra avtalsslutande staten, till organ, penninginrättning däri inbegripen, vilken lyder under denna regering, politiska underavdelning eller lokala myndighet eller till centralbanken i denna andra avtalsslutande stat, är - utan hinder av bestämmelserna i punkterna 1 och 2 - undantagen från beskattning i den förstnämnda avtalsslutande staten.

4. Med uttrycket "ränta" förstås i denna artikel inkomst av värdepapper som utfärdats av staten, av obligationer eller debentures, antingen de utfärdats mot säkerhet i fastighet eller ej och antingen de medför rätt till andel i vinst eller ej. Uttrycket åsyftar även inkomst av varje annat slags fordran samt annan inkomst som enligt skattelagstiftningen i den avtalsslutande stat från vilken inkomsten härrör jämföras med inkomst av försträckning.

5. Bestämmelserna i punkterna 1 och 2 tillämpas icke, om mottagaren av räntan har hemvist i en avtalsslutande stat och innehar fast driftställe i den andra avtalsslutande staten från vilken räntan härrör samt den fordran av vilken räntan härflyter äger verkligt samband med det fasta driftstället. I sådant fall tillämpas bestämmelserna i artikel 7.

6. Begränsningen enligt punkt 2 b gäller icke i fråga om ränta som härrör från en avtalsslutande stat och som betalas till fast driftställe som ett företag i den andra avtalsslutande staten har i en tredje stat.

7. Ränta anses härröra från en avtalsslutande stat, om utbetalaren är denna stat själv, politisk underavdelning, lokal myndighet eller person med hemvist i denna stat. Om den person som betalar räntan, antingen han har hemvist i en avtalsslutande stat eller ej, innehar fast driftställe i en avtalsslutande stat för vilket upptagits det lån som räntan avser och räntan bestrides av det fasta driftstället, anses dock räntan härröra från den avtalsslutande stat, där det fasta driftstället är beläget.

8. Beträffande sådana fall då särskilda förbindelser mellan utbetalaren och mottagaren eller mellan dem båda och annan person föranleder att det utbetalade räntebeloppet med hänsyn

till den skuld, för vilken räntan erlägges, överstiger det belopp som skulle ha avtalats mellan utbetalaren och mottagaren om sådana förbindelser icke förelegat, gäller bestämmelserna i denna artikel endast för sistnämnda belopp. I sådant fall beskattas överskjutande belopp enligt lagstiftningen i vardera avtalsslutande staten med iakttagande av övriga bestämmelser i detta avtal.

ARTIKEL 12

Royalty

1. Royalty, som härrör från en avtalsslutande stat och som betalas till person med hemvist i den andra avtalsslutande staten, får beskattas i denna andra stat.

2. Royaltyn får emellertid beskattas även i den avtalsslutande stat från vilken den härrör i enlighet med denna stats lagstiftning men skatten får inte överstiga:

a) 25 procent av bruttobeloppet av royalty, som uppkommit genom nyttjandet av eller rätten att nyttja varumärke,

b) 15 procent i övriga fall.

De behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna skall träffa överenskommelse om sättet för genomförandet av denna begränsning.

3. Med uttrycket "royalty" förstås i denna artikel varje slag av belopp som betalas såsom ersättning för nyttjandet av eller rätten att nyttja upphovsrätt till litterära, konstnärliga eller vetenskapliga verk (biograffilm samt film och inspelade band för televisions- eller radiosändning häri inbegripna), patent, varumärke, mönster eller modell, ritning, hemligt recept eller fabrikationsmetod samt för nyttjandet av eller rätten att nyttja industriell, kommersiell eller vetenskaplig utrustning eller för upplysningar om erfarenhetsrön av industriell, kommersiell eller vetenskaplig natur.

4. Royalty anses härröra från en avtalsslutande stat om utbetalaren är denna stat själy, politisk underavdelning, lokal myndighet eller person med hemvist i denna stat. Om den person som betalar royaltyn, antingen han har hemvist i en avtalsslutande stat eller ej, innehar fast driftställe i en avtalsslutande stat för vilket rättigheten eller egendomen, som ger upphov till royaltyn, förvärvats och royaltyn bestrides av det fasta driftstället, anses dock royaltyn härröra från den avtalsslutande stat där det fasta driftstället är beläget.

5. Bestämmelserna i punkterna 1 och 2 tillämpas icke, om mottagaren av royaltyn har hemvist i en avtalsslutande stat och innehar fast driftställe i den andra avtalsslutande staten från vilken royaltyn härrör samt den rättighet eller egendom av vilken royaltyn härflyter äger verkligt samband med det fasta driftstället. I sådant fall tillämpas bestämmelserna i artikel 7.

6. Beträffande sådana fall då särskilda förbindelser mellan utbetalaren och mottagaren eller mellan dem båda och annan person föranleder att beloppet av utbetalad royalty med hänsyn till det nyttjande, den rätt eller de upplysningar för vilka royaltyn erlägges, överstiger det belopp, som skulle ha avtalats mellan utbetalaren och mottagaren om sådana förbindelser icke förelegat, gäller bestämmelserna i denna artikel endast för sistnämnda belopp. I sådant fall beskattas överskjutande belopp enligt lagstiftningen i vardera avtalsslutande staten med iakttagande av övriga bestämmelser i detta avtal.

ARTIKEL 13

Realisationsvinst

1. Vinst genom överlåtelse av sådan fastighet som avses i artikel 6 punkt 2 får beskattas i den avtalsslutande stat där fastigheten är belägen.

2. Vinst genom överlåtelse av lös egendom hänförlig till anläggnings- eller driftkapital i fast driftställe, vilket ett företag i en avtalsslutande stat har i den andra avtalsslutande staten, eller av lös egendom hänförlig till stadigvarande anordning för utövande av fritt yrke, vilken en person med hemvist i en avtalsslutande stat har i den andra avtalsslutande staten, får beskattas i denna andra stat. Motsvarande gäller vinst genom överlåtelse av sådant fast driftställe (för sig eller i samband med avyttring av hela företaget) eller sådan stadigvarande anordning. Vinst genom överlåtelse av fartyg eller luftfartyg, vilka användes i internationell trafik, samt lös egendom, som är hänförlig till användningen av sådana fartyg eller luftfartyg, beskattas emellertid endast i den avtalsslutande stat där företaget har sin verkliga ledning.

3. Vinst genom överlåtelse av annan än i punkterna 1 och 2 angiven egendom eller rättighet får beskattas i båda avtalsslutande staterna.

ARTIKEL 14

Fritt yrke

1. Inkomst, som förvärvas av person med hemvist i en avtalsslutande stat genom utövande av fritt yrke eller annan därmed jämförbar självständig verksamhet, beskattas endast i denna

stat, såvida icke ersättningen för sådan verksamhet bestrides av fast driftställe i den andra avtalsslutande staten eller av ett bolag med hemvist där. I sådant fall får inkomsten beskattas i denna andra stat.

2. Uttrycket "fritt yrke" inbegriper särskilt självständig vetenskaplig, teknisk, litterär och konstnärlig verksamhet, uppfostrings- och undervisningsverksamhet samt sådan självständig verksamhet som utövas av läkare, advokater, ingenjörer, arkitekter, tandläkare och revisorer.

ARTIKEL 15

Enskild tjänst

1. Där icke bestämmelserna i artiklarna 16, 18, 19, 20 och 21 föranleder annat, beskattas löner och liknande ersättningar, som person med hemvist i en avtalsslutande stat förvärvar genom anställning, endast i denna stat såvida icke arbetet utföres i den andra avtalsslutande staten. Om arbetet utföres i denna andra stat, får ersättning som uppbäres för arbetet beskattas där.

2. Utan hinder av bestämmelserna i punkt 1 beskattas inkomst, vilken uppbäres av person med hemvist i en avtalsslutande stat för arbete som utförts i den andra avtalsslutande staten, endast i den förstnämnda avtalsslutande staten, under förutsättning att

a) inkomstmottagaren vistas i den andra avtalsslutande staten under tidrymd eller tidrymder, som sammanlagt icke överstiger 183 dagar under beskattningsåret i fråga,

b) ersättningen betalas av eller på uppdrag av arbetsgivare, som inte har hemvist i den andra staten, samt

c) ersättningen icke såsom omkostnad belastar fast driftställe eller stadigvarande anordning, som arbetsgivaren har i den andra staten.

3. Utan hinder av föregående bestämmelser i denna artikel får inkomst av arbete, som utförts ombord på fartyg eller luftfartyg i internationell trafik, beskattas i den avtalsslutande stat där företaget har sin verkliga ledning.

ARTIKEL 16

Styrelsearvoden

Styrelsearvoden och liknande ersättningar, som uppbäres av person med hemvist i en avtalsslutande stat i egenskap av ledamot i styrelse eller "Conselho fiscal" i bolag med hemvist i den andra avtalsslutande staten, får beskattas i denna andra stat.

ARTIKEL 17

Artister och idrottsmän

1. Utan hinder av övriga bestämmelser i detta avtal får inkomst, som teater- eller filmskådespelare, radio- eller televisionartister, musiker och idrottsmän och andra liknande yrkesutövare förvärvar genom sin personliga verksamhet i denna egenskap, beskattas i den avtalsslutande stat där verksamheten utövas.

2. I de fall då de tjänster som avses i punkt 1 av denna artikel tillhandahålles i en avtalsslutande stat av företag i den andra avtalsslutande staten, får utan hinder av övriga bestämmelser i detta avtal inkomst, som uppkommer för företaget genom sådan verksamhet, beskattas i den förstnämnda avtalsslutande staten.

ARTIKEL 18

Pensioner och livräntor

1. Där icke bestämmelserna i artikel 19 punkterna 1 och 3 föranleder annat, skall pension och annan liknande ersättning, som icke överstiger ett belopp motsvarande 4 000 US dollar under ett kalenderår, och livränta, vilka utbetalas till person med hemvist i en avtalsslutande stat, beskattas endast i denna stat.

Pensionsbelopp, som överstiger ovannämnda gräns, får beskattas i båda avtalsslutande staterna.

2. Vid tillämpningen av denna artikel åsyftar

a) uttrycket "pension och annan liknande ersättning"

periodisk utbetalning som sker efter pensionering såsom ersättning för tidigare utfört arbete eller för liden skada i samband med sådant arbete,

b) uttrycket "livränta" ett fastställt belopp, som skall utbetalas periodiskt på fastställda tider under vederbörandes livstid eller under annan angiven eller fastställbar tidsperiod och som utgår på grund av förpliktelse att verkställa dessa utbetalningar såsom ersättning för däremot fullt svarande vederlag i penningar eller penningars värde (med undantag för utförda tjänster).

ARTIKEL 19

Ersättningar av allmän natur

1. Ersättning, pension däri inbegripen, som utbetalas av - eller från fonder inrättade av - en avtalsslutande stat, dess politiska underavdelningar eller lokala myndigheter till fysisk person på grund av arbete som utförts i denna stats, politiska

underavdelnings eller lokala myndighets tjänst, får beskattas i denna avtalsslutande stat. Ersättningen beskattas emellertid endast i denna stat, om mottagaren är medborgare där.

2. Bestämmelserna i artiklarna 15, 16 och 18 tillämpas på ersättning eller pension, som utbetalas på grund av arbete utfört i samband med rörelse som bedrivits av en avtalsslutande stat, dess politiska underavdelningar eller lokala myndigheter.

3. Pension, som utbetalas enligt bestämmelser om socialförsäkring i en avtalsslutande stat, får beskattas i denna stat.

ARTIKEL 20

Lärare och forskare

Fysisk person, som har eller omedelbart före en vistelse i en avtalsslutande stat hade hemvist i den andra avtalsslutande staten och som på inbjudan av den förstnämnda avtalsslutande staten eller universitet, högskola, skola, museum eller annan kulturinstitution i denna förstnämnda stat eller inom ramen för ett officiellt program för kulturellt utbyte vistas i denna stat under en tidrymd ej överstigande två år uteslutande i syfte att hålla föreläsningar eller bedriva undervisning eller forskning vid sådan institution, är befriad från skatt i denna stat på ersättning för sådan verksamhet, under förutsättning att han är skattskyldig för ersättningen i den andra avtalsslutande staten.

ARTIKEL 21

Studerande

1. Fysisk person, som har eller omedelbart före en vistelse i en avtalsslutande stat hade hemvist i den andra avtalsslutande

staten och som vistas i den förstnämnda avtalsslutande staten
uteslutande

a) såsom studerande vid universitet, högskola eller skola
i denna förstnämnda avtalsslutande stat,

b) såsom praktikant, eller

c) såsom mottagare av stipendium, anslag eller penningun-
derstöd, huvudsakligen för att bedriva studier eller forskning,
från stiftelse eller institution med uppgift att främja religiöst,
välgörande, vetenskapligt eller uppfostrande ändamål,

är befriad från skatt i denna förstnämnda stat på utbetal-
ningar från utlandet som han erhåller för sitt uppehälle, sin
undervisning eller utbildning.

2. Studerande eller praktikant, som har eller omedelbart före
en vistelse i en avtalsslutande stat hade hemvist i den andra
avtalsslutande staten och som vistas i den förstnämnda avtals-
slutande staten uteslutande för sin undervisning eller utbildning,
är befriad från skatt i den förstnämnda avtalsslutande staten,
under en tidrymde överstigande tre på varandra följande be-
skattningsår, på ersättning för anställning i denna stat, under
förutsättning att ersättningen under beskattningsåret icke
överstiger ett belopp motsvarande 2 000 US dollar.

ARTIKEL 22

Övriga inkomstslag

Inkomst, beträffande vilken ingen uttrycklig bestämmelse
meddelats i föregående artiklar av avtalet och som uppbäres
av person med hemvist i en avtalsslutande stat, får beskattas
i båda avtalsslutande staterna.

ARTIKEL 23

Metoder för undvikande av dubbelbeskattning

1. Om person med hemvist i Sverige uppbär inkomst, som

onligt bestämmelserna i detta avtal får beskattas i Brasilien, skall Sverige från skatten på denna persons inkomst medge avräkning för ett belopp motsvarande den erlagda brasilianska skatten.

Avräkningsbeloppet skall emellertid icke överstiga beloppet av den del av den svenska skatten, beräknad utan sådan avräkning, som belöper på den inkomst som får beskattas i Brasilien.

2. Utdelning från bolag med hemvist i Brasilien till bolag med hemvist i Sverige är undantagen från beskattning i Sverige i den mån utdelningen enligt svensk lag skulle ha varit undantagen från beskattning om båda bolagen varit svenska bolag. Sådan skattebefrielse inträder dock icke med mindre den huvudsakliga delen av det utbetalande bolagets inkomst direkt eller indirekt härrör från annan verksamhet än förvaltning av värdepapper och därmed likartad egendom samt verksamheten bedrivs i Brasilien av det utbetalande bolaget eller av ett bolag i vilket det äger aktier eller andelar motsvarande minst 25 procent av röstetalet för samtliga aktier eller andelar.

3. Vid tillämpningen av punkt 1 i denna artikel skall, beträffande utdelning som avses i artikel 10 och som utbetalas från bolag med hemvist i Brasilien till bolag (med undantag för handelsbolag och enkelt bolag) med hemvist i Sverige och vilken utdelning icke är undantagen från beskattning enligt punkt 2 i denna artikel samt beträffande royalty som avses i punkt 2 b i artikel 12, brasiliansk skatt anses ha erlagts efter en skattesats av 25 procent. I fråga om ränta, som avses i punkt 2 b i artikel 11, skall brasiliansk skatt anses ha erlagts efter en skattesats av 20 procent.

4. Om person med hemvist i Brasilien uppbär inkomst, som enligt bestämmelserna i detta avtal får beskattas i Sverige,

skall Brasilien från skatten på denna persons inkomst medge avräkning motsvarande det skattebelopp som erlagts i Sverige.

Avräkningsbeloppet skall emellertid icke överstiga beloppet av den del av inkomstskatten, beräknad utan sådan avräkning, som belöper på den inkomst som får beskattas i Sverige.

5. Om person med hemvist i en avtalsslutande stat enligt detta avtal är befriad från skatt i denna avtalsslutande stat på inkomst, som uppbäres från den andra avtalsslutande staten, får den förstnämnda avtalsslutande staten vid beräkning av skatt på ifrågavarande persons övriga inkomster tillämpa den skattesats som skulle ha varit tillämplig, om skattebefrielse enligt detta avtal icke hade medgivits för inkomsten.

ARTIKEL 24

Förbud mot diskriminering

1. Medborgare i en avtalsslutande stat skall icke i den andra avtalsslutande staten bli föremål för någon beskattning eller något därmed sammanhängande skattekrav av annat slag eller mer tyngande än medborgarna i denna andra stat under samma förhållanden är eller kan bli underkastade.

2. Uttrycket "medborgare" betyder:

a) Fysiska personer som är medborgare i en avtalsslutande stat.

b) Juridiska personer och andra sammanslutningar, som bildats enligt gällande lag i en avtalsslutande stat.

3. Beskattningen av fast driftställe, som företag i en avtalsslutande stat har i den andra avtalsslutande staten, skall i denna andra stat icke vara mindre fördelaktig än beskattningen av företag i denna stat, som bedriver samma verksamhet.

Denna bestämmelse skall icke anses medföra förpliktelse för en avtalsslutande stat att medge personer med hemvist i den andra avtalsslutande staten sådana personliga avdrag vid beskattningen, skattebefrielser eller skattonedsättningar, som medges personer med hemvist i den förstnämnda staten på grund av civilstånd eller försörjningsplikt mot familj.

4. Företag i en avtalsslutande stat, vilkas kapital helt eller delvis äges eller kontrolleras, direkt eller indirekt, av en eller flera personer med hemvist i den andra avtalsslutande staten, skall icke i den förstnämnda avtalsslutande staten bli föremål för någon beskattning eller något därmed sammanhängande skattekrav, som är av annat slag eller mer tyngande än den beskattning och därmed sammanhängande skattekrav, som andra liknande företag i denna förstnämnda stat är eller kan bli underkastade.

5. I denna artikel avser uttrycket "beskattning" skatter av varje slag och beskaffenhet.

ARTIKEL 25

Förfarandet vid ömsesidig överenskommelse

1. Om person med hemvist i en avtalsslutande stat gör gällande, att i en avtalsslutande stat eller i båda staterna vidtagits åtgärder, som för honom medför eller kommer att medföra en mot detta avtal stridande beskattning, äger han - utan att detta påverkar hans rätt att använda sig av de rättsmedel som finns i dessa staters interna rättsordning - göra framställning i saken hos den behöriga myndigheten i den avtalsslutande stat, där han har hemvist.

2. Om denna behöriga myndighet finner framställningen

grundad men ej själv kan få till stånd en tillfredsställande lösning, skall myndigheten söka lösa frågan genom ömsesidig överenskommelse med den behöriga myndigheten i den andra avtalsslutande staten i syfte att undvika en mot detta avtal stridande beskattning.

3. De behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna skall genom ömsesidig överenskommelse söka avgöra svårigheter eller tvivelsmål som uppkommer rörande tolkningen eller tillämpningen av detta avtal. De kan även överlägga i syfte att undanröja dubbelbeskattning i sådana fall som ej omfattas av detta avtal.

4. De behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna kan träda i direkt förbindelse med varandra för att träffa överenskommelse i de fall som angivits i föregående paragrafer. Om muntliga överläggningar anses underlätta en överenskommelse, kan sådana överläggningar äga rum inom ramen för en kommitté bestående av representanter för de behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna.

ARTIKEL 26

Utbyte av upplysningar

1. De behöriga myndigheterna i de avtalsslutande staterna skall utbyta sådana upplysningar som är nödvändiga för att tillämpa detta avtal och för att genomföra bestämmelserna i de avtalsslutande staternas lagstiftning beträffande skatter, som avses i detta avtal, i den utsträckning beskattningen enligt denna lagstiftning står i överensstämmelse med detta avtal. De utbytta upplysningarna skall behandlas som hemliga och får icke yppas för andra personer eller myndigheter, befattningshavare

vid domstolar inbegripna, än dem som handlägger taxering eller uppbörd av skatter som omfattas av detta avtal.

2. Bestämmelserna i punkt 1 skall inte anses medföra skyldighet för en avtalsslutande stat

a) att vidtaga förvaltningsåtgärder, som strider mot lagstiftning eller administrativ praxis i denna stat eller i den andra avtalsslutande staten,

b) att lämna upplysningar, som icke är tillgängliga enligt lagstiftning eller under sedvanlig tjänsteutövning i denna stat eller i den andra avtalsslutande staten, eller

c) att lämna upplysningar, som skulle röja affärshemlighet, industri-, handels- eller yrkeshemlighet eller i näringsverksamhet nyttjat förfaringssätt, eller upplysningar, vilkas överlämnande skulle stöta mot allmänna hänsyn.

ARTIKEL 27

Diplomatiska och konsulära befattningshavare

Detta avtal påverkar icke privilegier i beskattningshänseende, som enligt folkrättens allmänna regler eller stadganden i särskilda överenskommelser tillkommer diplomatiska eller konsulära befattningshavare.

ARTIKEL 28

Ikraftträdande

1. Detta avtal skall ratificeras och ratifikationshandlingarna skall utväxlas i Stockholm snarast möjligt.

2. Detta avtal träder i kraft med utväxlingen av ratifikationshandlingarna och dess bestämmelser tillämpas:

I. Beträffande skatter som innehålles vid källan, i fråga om belopp som erlägges eller överföres den 1 januari kalender-

året närmast efter det då avtalet träder i kraft eller senare.

II. Beträffande andra skatter på inkomst, i fråga om inkomst som uppbäres den 1 januari kalenderåret närmast efter det då avtalet träder i kraft eller senare.

3. Avtalet mellan Sverige och Brasilien för undvikande av dubbelbeskattning beträffande skatter på inkomst och förmögenhet, undertecknat i Rio de Janeiro den 17 september 1965 skall upphöra att gälla i fråga om skatter som innehålles vid källan och andra skatter på inkomst från och med den dag då förevarande avtal blir tillämpligt enligt punkt 2 i denna artikel. Beträffande den svenska förmögenhetsskatten tillämpas det äldre avtalet sista gången i fråga om förmögenhet som innehålls vid utgången av det år då förevarande avtal träder i kraft.

ARTIKEL 29

Upphörande

Detta avtal förblir i kraft utan tidsbegränsning men envar av de avtalsslutande staterna äger att - senast den 30 juni under ett kalenderår, dock icke tidigare än tre år efter dagen för avtalets ikraftträdande - på diplomatisk väg skriftligen uppsäga avtalet hos den andra avtalsslutande staten. I händelse av sådan uppsägning upphör avtalet att gälla:

I. Beträffande skatter som innehålles vid källan, i fråga om belopp som erlägges eller överföres efter utgången av det kalenderår då uppsägningen äger rum.

II. Beträffande andra skatter på inkomst, i fråga om inkomst som uppbäres efter utgången av det kalenderår då uppsägningen äger rum.

Till bekräftelse härav har undertecknade, därtill vederböriligen bemyndigade, undertecknat detta avtal och försett detsamma med sina sigill.

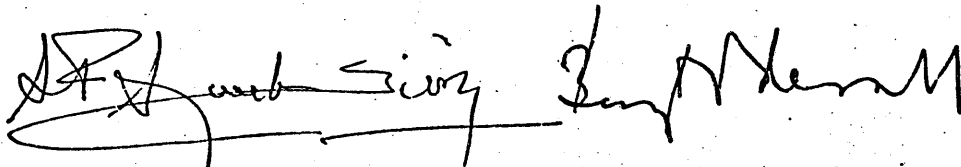
Som skedde i *Brasilia* den *25 april* 1975 i två exemplar på svenska, portugisiska och engelska språken, vilka tre texter äger lika vitsord. Vid sinsemellan olika tolkningar av texterna äger den engelska texten företräde.

För Förbundsrepubliken

För Konungariket Sveriges

Brasiliens regering:

regering:



Antonio F. Azeredo da Silveira Bengt Odevall

Protokoll

Vid undertecknandet av avtalet för undvikande av dubbelbeskattning beträffande inkomstskatter mellan Konungariket Sveriges regering och Förbundsrepubliken Brasiliens regering har undertecknade, därtill vederbörligen bemyndigade av sina respektive regeringar, överenskommit om följande bestämmelser, vilka utgör en integrerande del av avtalet.

1. Till artikel 10 punkt 2 a och punkt 5, artikel 11 punkt 2 b, artikel 12 punkt 2 b samt artikel 23 punkt 3

a) Bestämmelserna i ovannämnda artikel 23 punkt 3 tillämpas endast de första tio åren under vilka avtalet gäller.

b) Begränsningarna av skattesatserna i artikel 10 punkt 2 a och punkt 5, artikel 11 punkt 2 b samt artikel 12 punkt 2 b tillämpas endast de första tio åren under vilka avtalet gäller.

c) Efter utgången av den i punkterna a och b ovan angivna tidrymden om tio år kan de behöriga myndigheterna överlägga med varandra i syfte att avgöra om denna tidrymd skall utsträckas.

2. Till artikel 10 punkt 5

Avtalet förutsätter, att bestämmelserna i rubricerade punkt inte står i strid med bestämmelserna i artikel 24 punkt 3.

3. Till artikel 24 punkt 4

För det fall att Brasilien efter undertecknandet av av-

talet skulle tillåta att royalty, som avses i artikel 12 punkt 3 och som utbetalas från företag med hemvist i Brasilien till företag med hemvist i tredje stat, ej belägen i Latinamerika, vilket företag innehar minst 50 procent av kapitalet i företaget med hemvist i Brasilien, är avdragsgill vid bestämmandet av sistnämnda företags beskattningsbara vinst, skall motsvarande avdrag under liknande omständigheter automatiskt medges företag med hemvist i Brasilien som erlägger royalty till företag med hemvist i Sverige.

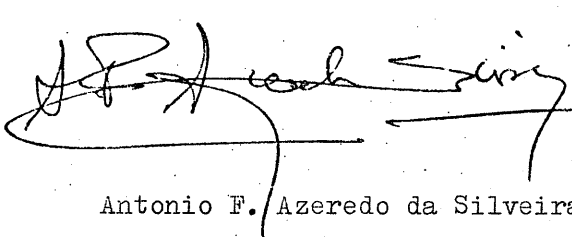
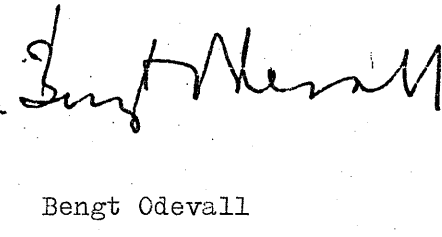
Avtalet förutsätter, att nuvarande föreskrift i brasiliansk lagstiftning angående förbud mot avdrag för royalty i fall som avses ovan icke står i strid med artikel 24 punkt 4 i avtalet.

Till bekräftelse härav har undertecknade, därtill vederbörligen bemyndigade, undertecknat detta protokoll och försett detsamma med sina sigill.

Som skedde i *Brasilia* den *25 april* 1975 i två exemplar på svenska, portugisiska och engelska språken, vilka tre texter äger lika vitsord. Vid sinsemellan olika tolkningar av texterna äger den engelska texten företräde.

För Förbundsrepubliken
Brasiliens regering:

För Konungariket Sveriges
regering:

Antonio F. Azeredo da Silveira

Bengt Odevall

talet skulle tillåta att royalty, som avses i artikel 12 punkt 3 och som utbetalas från företag med hemvist i Brasilien till företag med hemvist i tredje stat, ej belägen i Latinamerika, vilket företag innehar minst 50 procent av kapitalet i företaget med hemvist i Brasilien, är avdragsgill vid bestämmandet av sistnämnda företags beskattningsbara vinst, skall motsvarande avdrag under liknande omständigheter automatiskt medges företag med hemvist i Brasilien som erlägger royalty till företag med hemvist i Sverige.

Avtalet förutsätter, att nuvarande föreskrift i brasiliansk lagstiftning angående förbud mot avdrag för royalty i fall som avses ovan icke står i strid med artikel 24 punkt 4 i avtalet.

Till bekräftelse härav har undertecknade, därtill vederbörligen bemyndigade, undertecknat detta protokoll och försett detsamma med sina sigill.

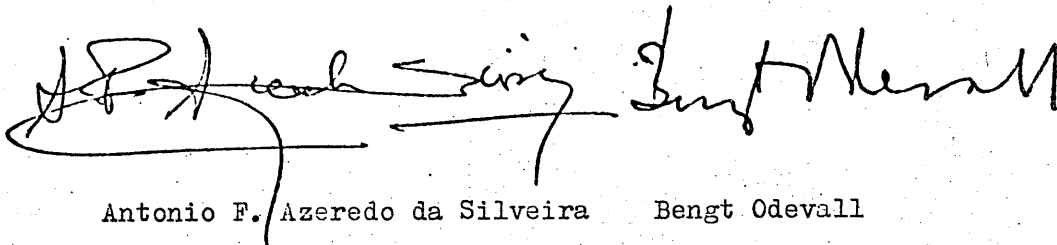
Som skedde i *Brasilia* den *25 april* 1975 i två exemplar på svenska, portugisiska och engelska språken, vilka tre texter äger lika vitsord. Vid sinsemellan olika tolkningar av texterna äger den engelska texten företräde.

För Förbundsrepubliken

För Konungariket Sveriges

Brasiliens regering:

regering:



Antonio F. Azeredo da Silveira

Bengt Odevall